



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: igarapava.sp.gov.br

PARECER JURÍDICO Nº 100/2023/ JURÍDICO/ CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA-SP

Projeto de Lei nº 32/2023

Interessado: Presidente da Câmara Municipal

Assunto: Projeto de Lei que autoriza a abertura de crédito adicional especial junto ao orçamento fiscal para o exercício de 2023

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO. PROJETO DE LEI Nº 32/2023. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL. INTERESSE LOCAL. PROJETO DE INICIATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO. RECOMENDAÇÃO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que objetiva autorização para o Poder Executivo abertura crédito especial.

O Projeto de Lei foi através do Ofício nº 684/2023 e o processo está instruído com:

- a) Ofício nº 684/2023 – fls. 1;
- b) Justificativa – fls. 2;
- c) Projeto de Lei nº 32/2023 – fls. 3/4;
- d) Comprovante de envio de e-mail – fls. 5/8;
- e) CI nº 110/2023 – GC-Cult, assunto: Projeto de Lei – fls. 9/10;
- f) CI nº 108/23 – GC-Cult, assunto: adequação da Lei Orçamentária para recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo – fls. 11;
- g) Plano de Ação – fls. 12/15;
- h) Lei Complementar nº 195/2022 – fls. 16/28;



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: igarapava.sp.gov.br

- i) Despacho da Presidência solicitando Parecer Jurídico, datado de 22.09.2023 – fls. 26;
- j) O processo foi recebido por este órgão jurídico na data de 26.09.2023. É o breve relatório. Passo a opinar.

II – ANÁLISE JURÍDICA

De início, imperioso destacar que o exame do Setor Jurídico se circunscreve tão somente à matéria jurídica envolvida, tendo-se por base os documentos anexados, não sendo sua competência examinar o mérito do tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade das autoridades competentes.

II.1) Competência e iniciativa

A adoção da forma federativa tem implicações de diversas ordens, já que há descentralização político-administrativa do poder entre os entes federados.

A repartição constitucional de competências entre os entes federados foi orientada pelo princípio da predominância de interesses, cabendo à União dispor de assuntos de interesses gerais; aos Estados, cuidar das matérias de interesses regionais; aos Municípios, por sua vez, tratar dos assuntos de interesse local. O Distrito Federal, pela sua natureza, cumula as competências estaduais e municipais, com poucas ressalvas previstas na Constituição Federal.

Nesse sentido, o Projeto é de autoria do Prefeito Municipal de Igarapava/SP, senhor José Ricardo Rodrigues Mattar. Consoante dispõe o art. 39 e inciso IV, art. 41 da Lei Orgânica Municipal, o Prefeito possui iniciativa para a propositura de Projetos de Leis que visam abrir crédito orçamentário.

Mais a mais, a Constituição da República, em seu art. 30, I, dispõe que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, o que se verifica nos autos deste processo, uma vez que a abertura se faz no orçamento municipal.

Isto posto, sob o ponto de vista jurídico, a competência e iniciativa para propositura do Projeto de Lei estão adequadas à legislação.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: igarapava.sp.gov.br

II.2) Matéria do Projeto de Lei

II.2.1) Da abertura de crédito especial

Primeiramente cumpre verificar que o fundamento de tal pedido está no art. 167, I, II e V da Constituição Federal:

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

[...]

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Com efeito, não pode o Chefe do Executivo realizar despesas sem que haja permissão na Lei Orçamentária Anual.

Assim, para a abertura de crédito, imperioso o pedido de autorização legislativa, na forma do citado inciso V, art. 167, da Constituição Federal, o que se faz com o envio do Projeto de Lei nº 32/2023.

Sobre a temática, mister esclarecer que crédito adicional é gênero, do qual há espécies: crédito adicional suplementar, crédito adicional especial e crédito adicional extraordinário, na forma do que estabelece o art. 41 da Lei nº 4.320/64. Em síntese, crédito adicional suplementar visa reforçar dotação orçamentária já existente no orçamento; crédito adicional especial objetiva criar dotação orçamentária não prevista na Lei Orçamentária Anual já aprovada; e, por fim, crédito adicional extraordinária destina-se a despesas urgentes e imprevisíveis.

Nessa toada, a Lei nº 4.320/64, ao dar tratamento sobre a matéria, estabelece:



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: igarapava.sp.gov.br

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais **depende da existência de recursos disponíveis** para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Com efeito, o objetivo é a demonstração de existência de crédito orçamentário disponível para a respectiva abertura, bem como evitar que um mesmo recurso seja destinado a duas frentes, inviabilizando sua execução.

No presente processo, há informação da origem dos recursos, contudo, sem comprovação de sua disponibilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: igarapava.sp.gov.br

II.3) Da técnica legislativa

No Projeto de Lei nº 22/2023 não há nada que impeça sua leitura e tramitação, estando em conformidade com a Lei Complementar nº 95/1998.

II.4) Da urgência

Consta do ofício expresso pedido para que a tramitação ocorra em regime de urgência.

Com efeito, preceitua a Lei Orgânica Municipal:

Art. 43. O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º Solicitada a urgência, a Câmara Municipal deverá se manifestar em até 90 (noventa) dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem de Dia, sobrestando-se as demais proposições, para que se ultime a votação.

§ 3º O prazo do § 1º não corre no período de recesso da Câmara Municipal nem se aplica aos projetos de Lei Complementar;

Desse modo, limita-se o prazo para apreciação da proposição a 90 dias, suspendendo-se a contagem durante o recesso legislativo.

III – CONCLUSÃO

À vista do exposto, sem embargo de posicionamento diverso, o Departamento Jurídico da Câmara municipal de Igarapava/SP **OPINA** nos seguintes termos:



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: igarapava.sp.gov.br

- a) O objeto do Projeto de Lei nº 32/2023 é de interesse local, uma vez que visa a abertura de crédito especial no orçamento vigente deste ente político;
- b) É de competência do Chefe do Executivo a iniciativa de leis que objetivam a abertura de crédito especial (inciso IV, §2º, art. 140, RI c/c aplicação analógica do art. 166, §6º, da Constituição Federal);
- c) O Projeto está instruído com documentos de órgãos municipais que *informam* a existência do recurso, sem, contudo, a comprovação de sua disponibilidade.

É o parecer, de caráter opinativo.

Igarapava-SP, 28 de setembro de 2023.

Orlando Farinelli Neto

Advogado da Câmara Municipal de Igarapava-SP

OAB/SP 358.382

Nesta oportunidade, encaminho os autos à Presidência da Câmara Municipal, para conhecimento e providências que entender pertinentes.